

POR UMA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA: AS CONTRIBUIÇÕES DE DOWBOR E POLANYI PARA UMA EPISTEMOLOGIA EM (DES)ENVOLVIMENTO

SIMONY RODRIGUES MARINS¹
LUDMILA MEIRA²

Resumo

A Administração Política tem buscado desenvolver-se enquanto campo do conhecimento, o que significa confrontar-se inicialmente com os desafios ontológicos, epistemológicos, metodológicos e práticos na discussão do campo. De forma a contribuir com este desenvolvimento, este ensaio objetiva relacionar as contribuições de uma pedagogia econômica e de uma antropologia econômica pelos trabalhos de Ladislau Dowbor e Karl Polanyi. Para isto, é feita uma revisão em três trabalhos destes autores e relacionadas algumas de suas principais ideias à premissas afins do campo da Administração Política. O diálogo principal ocorre em torno da participação do Estado em seu enquadramento no sistema de economia capitalista.

Palavras-chave: Administração Política; Ladislau Dowbor; Karl Polanyi.

Abstract

Political Administration has sought to develop as a field of knowledge, which means initially confronting ontological, epistemological, methodological and practical challenges in discussing the field. In order to contribute to this development, this essay aims to relate the contributions of pedagogy of an economic pedagogy and an economic anthropology through the works of Ladislau Dowbor and Karl Polanyi. For this, a review is made in three works of these authors and related some of their main ideas to the premises of the field of Political Administration related to the ideas of the authors. The main dialogue takes place around the participation of the State in its framing in the capitalist economy system.

Keywords: Political Administration; Ladislau Dowbor; Karl Polanyi.

¹ E-mail: simonymarins@gmail.com.

² E-mail: meiraludmila@gmail.com.

Introdução

A Administração Política vem atender a necessidade de criação de um campo de conhecimento que correlaciona pensamento e atuação prática da economia política com a capacidade de gestão e gerência pelas dimensões política e instrumental/técnica (Santos, 2001).

Estudos que tem se empenhado em discutir o desenvolvimento do campo (Santos et al., 2017; Santos & Ribeiro, 1993; Santos, 2009, 2004, 2001) são recentes (Santos et al., 2017) e a preocupação reside na construção das fundamentações metodológicas e teóricas, em primeiro momento, partindo da discussão do objeto de estudos próprio da Administração como campo do conhecimento (Santos, 2009). A releitura de clássicos perpassou os questionamentos em torno da Administração enquanto arte e/ou ciência (França Filho, 2004), do método de investigação (Santos, 2009) e abriu caminhos para ampliar a discussão para campos como o da Economia Política. Neste campo, buscou inicialmente compreender a abordagem que melhor contribuiria para a tarefa da Administração Política (Santos, 2009). A compreensão do modelo de gestão das relações sociais de produção foi buscada por autores alternativos àqueles considerados *mainstream*, mas que atuavam nas escolas institucionalistas, gerencialista e regulacionista (Santos, 2009). Após este esforço, a necessidade de aprofundar estes avanços foi elencada de forma a desenvolver as hipóteses e pressupostos da pesquisa em Administração Política (Santos, 2009). Neste sentido, novas provocações foram feitas continuando o percurso de desenvolvimento do campo, empenhado principalmente nas aulas e seminários de Administração Política da Universidade Federal da Bahia pelos professores Reginaldo Santos e Elizabeth Ribeiro. Com isto, premissas começaram a ser construídas.

Diante do modelo teórico e premissas colocados como resultado deste processo reflexivo, observamos paralelos contributivos para o campo da Administração Política em outras disciplinas também de origem econômica, mas que perfazem caminhos de uma pedagogia e de uma antropologia econômica, principalmente centrados nos autores Ladislau Dowbor e Karl

Polanyi — autores que parecem não ter perdido o encantamento³ com a Economia Política —, paralelos estes ainda não encontrados na literatura nacional sobre o desenvolvimento da Administração Política.

Tendo em vista estas reflexões, o objetivo deste ensaio é relacionar as contribuições de uma pedagogia econômica e de uma antropologia econômica pelos trabalhos de Ladislau Dowbor e Karl Polanyi à Administração Política. Para isto é feita uma revisão em três trabalhos destes autores e relacionadas algumas de suas principais ideias em torno das premissas refletidas para a Administração Política. O diálogo principal ocorre em torno da crítica ao modelo capitalista e a reflexão sobre a formatação de uma economia substantiva. Como contribuições deste ensaio, ampliamos o arcabouço teórico e as escolas de pensamento que prestam influências e servem de fomento à novas discussões que venham enriquecer o aporte teórico, epistemológico e metodológico da Administração Política. Com isto, contribuímos ainda com o esforço de fortalecimento de uma trajetória nacional iniciada desde a década de 1990 com estudos críticos em Administração (Davel & Alcadipani, 2003).

O percurso deste ensaio envolve, portanto, a apresentação dos fundamentos epistemológicos e metodológicos da administração política que defende ser a gestão seu objeto científico e as organizações seu objeto de estudo privilegiado (Santos, 2001). Em seguida, apresentamos as contribuições dos autores. Após esta descrição, estabelecemos o diálogo entre os autores, que será discutido em sessão final.

A Administração Política: um conceito em construção

Discutida desde 1993 (Santos & Ribeiro, 1993), a Administração Política ganha fôlego a partir da década de 2000 (Santos et al., 2017) pelo empenho na construção de bases teórico-epistemológicas e metodológicas críticas na análise de políticas públicas e o esforço desenvolvido em disciplinas da Universidade Federal da Bahia. Alunos e professores como Reginaldo Santos e Elizabeth Matos empenharam-se na revisão de estudos clássicos da Administração (Santos et al., 2017; Santos, 2009), o que ganhou fôlego pelo surgimento de espaços de difusão, como livros dedicados

³ Em referência à frase: “Afinal, a perda do encantamento e do interesse dos economistas pela Economia Política está associada a esse caminhar assimétrico das economias capitalistas – e por isso devotando mais o seu tempo aos problemas do cotidiano, como o baixo crescimento econômico” [...] (Santos, 2004, p.39).

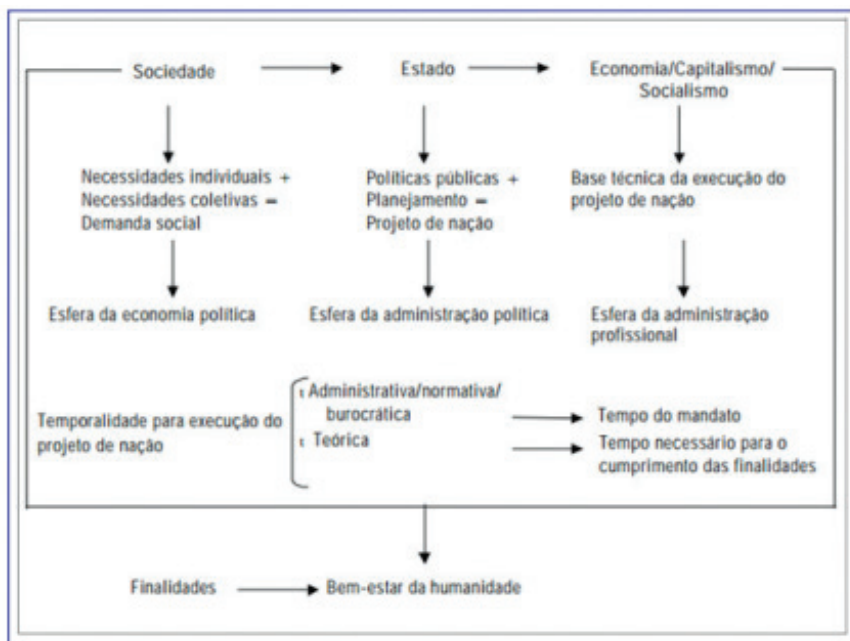
e a criação da *Revista da Administração Política* (REBAP), pela editora Hucitec em 2008 (Santos, 2009). Ganha corpo o conceito de Administração Política, um conceito, que dentre outras influências, trabalha inicialmente na relação com a Economia Política (Santos, 2009).

Em síntese, o conceito de Administração Política correlaciona o campo de pensamento e atuação prática da Economia Política integrando a capacidade de gestão e a capacidade de gerência, com as dimensões política e instrumental/técnica (Santos, 2001). Na relação com a Economia Política, esta última foca na dimensão do “que” e “por que” em termos de produção, circulação e distribuição de bens, já a Administração Política foca no “como” fazer, pelo modelo de gestão que leva à finalidade, em uma gestão material das relações sociais que constitui o próprio objeto da Administração Política (Santos, 2001). Isto ao mesmo tempo em que relaciona, diferencia a Administração Política da Economia Política (Santos et al., 2017).

Tornando-se um campo científico autônomo (Santos, 2001), a Administração Política trabalha com a premissa de que o Estado é o administrador da economia capitalista mesmo que de forma liberal, reconhecendo a centralidade do Estado no capitalismo contemporâneo (Santos et al., 2017). Nesse sentido, ela se torna responsável por gerir (bases institucionais e organizacionais) o projeto da nação que deve possuir a finalidade de bem-estar coletivo, sendo a própria expressão das relações do Estado com a sociedade, tem-se sua macrofundamentação (Santos, 2001).

Metodologicamente, a Administração Política é influenciada pelo pós-positivismo e a busca por metodologias críticas às análises censitárias (Santos, 2001; Santos et al., 2017) e na prática, trata-se de estabelecer a relação entre as demandas sociais e o sistema econômico em vigor, o capitalismo em suas diversas versões (figura 1).

Figura 1. Bases Teórico-Epistemológicas da Administração Política



Fonte: Santos et al., 2017.

Como se vê na figura 1, a Administração Política coloca que o Estado se torna responsável pelo modelo de gestão objetivando a finalidade social. Isto é um dos pilares de construção (ou premissas) do campo desenvolvidos por meio das aulas, discussões e ensaios e que envolvem os demais aspectos, conforme a seguir.

1. O Estado não é externo ao processo político.
2. A desconstrução do surrado jargão da Economia que coloca que o grande paradoxo econômico é o encontro de um equilíbrio entre os recursos “escassos” e as “necessidades ilimitadas”.
3. A desconstrução da exagerada e “deslumbrada” afeição pelo conhecimento forâneo.
4. O pensar e o agir são práticas que devem caminhar simultaneamente.

5. A desconstrução da metodologia nociva: Instabilidade, estabilidade, desenvolvimento, distribuição, bem-estar: “*Para qualquer nível de renda* (PQNR) propõe-se uma distribuição”.
6. O ciclo econômico não deve ser um fenômeno natural, ele ocorre porque é bem ou mal administrado.
7. O novo deve ser construído apenas após o velho estar em pleno usufruto da sociedade.
8. Não é verdade que exista um *trade-off*, uma escolha entre a universalização e a qualidade.
9. A temporalidade não pode ser tomada pelo mandato (político).
10. A avaliação (das políticas, planos e ações) não pode ser feita pela meta, mas pelas finalidades.
11. A maior *desierarquização* possível às relações tensas, conflituosas e de baixa produtividade.

Ocorre que, como o capitalismo é caracterizado pela preservação de seus interesses (Santos, 2001), como então exercer a gestão em uma Administração Política de forma que exista um projeto de nação que leve ao bem-estar social (Santos, 2001)?

Enquanto a economia política destacou as escolas institucionalista (enfoca instituições e não indivíduos), gerencialista (tendência de longo prazo para a condução de gerentes como classe dominante) e regulacionista (que critica o neoclassicismo) (Santos, 2009), observamos outras influências que podem trazer análises para iluminar novas reflexões para a Administração Política. A partir de visões advindas de uma pedagogia da economia por meio dos estudos de Ladislau Dowbor e de uma antropologia econômica por meio dos estudos de Karl Polanyi perspectivas críticas são geradas em torno de alguns aspectos da reflexão.

As contribuições de Dowbor em sua Pedagogia Econômica

Economista político pela Universidade de Lausanne (Suíça), doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, (Polônia, 1976) e atual professor nas áreas de Economia e Administração na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Ladislau Dowbor é autor e coautor de vasta produção acadêmica, além de profícuo consultor internacional (Dowbor, 2020). Sua produção abraça

as discussões em torno do sistema capitalista de produção, capitalismo brasileiro, globalização, poder, governabilidade, democracia econômica, planejamento público e outras, concentrando-se atualmente nas dinâmicas do sistema financeiro nacional e internacional (Dowbor, 2020).

Este último ponto expressa a temática de sua obra “A era do capital improdutivo”, obra de 2017 que objetiva demonstrar novas formatações da sociedade em um contexto chamado por ele de “crise civilizatória” (Dowbor, 2017, p. 9). Nesta obra, Dowbor aponta a impotência dos governos diante de um avanço das grandes corporações internacionais. Seus argumentos são baseados em uma série de dados e pesquisas que evidenciam este enfraquecimento, marcado por três dinâmicas tidas como destrutivas para a qualidade de vida no mundo: a dinâmica ambiental, a desigualdade crescente e a esterilização dos recursos financeiros (Dowbor, 2017). O livro subdivide-se em quatorze capítulos, cada um com um argumento que aponta para a crise civilizatória são eles: Dimensão dos Desafios; A Rede Mundial de Controle Corporativo; Processo Decisório e a Diluição de Responsabilidade; Sistêmico Financeiro; Paraísos Fiscais; Controle Financeiro das Commodities; Captura do Poder Político; Thomas Piketty: Produção e Apropriação; do Excedente Social pelo Capital Financeiro; À Procura de Rumos: Caminhos e Descaminhos; Dimensão Brasileira: os Quatro Motores da Economia; A Cronologia do Desastre; Visão Geral: Recuperar a Produtividade do Sistema.

Dowbor (2017) sintetiza a crise civilizatória baseada na sua tripla insustentabilidade, a insustentabilidade ambiental, a insustentabilidade social (desigualdade crescente) e insustentabilidade de governança. Um dos principais argumentos baseia-se na denúncia do mecanismo de controle corporativo. Vale resgatar o estudo⁴ que descreve o poderio de poucas (737) grandes corporações que “acumulam 80% do controle sobre o valor de todas as empresas transnacionais (ETN)” (Dowbor, 2017; p. 41). Esta arquitetura do poder é denunciada por Dowbor (2017), pois significa que além da desigualdade na distribuição da riqueza há uma enorme concentração do controle em rede (*network control*), comprometendo a qualidade da concorrência e empoderando as grandes corporações diante dos Estados.

⁴ *The Network of Global Corporate Control* - Chair of Systems Design, ETH Zurich – corresponding author sbattiston@ethz.ch (apud Dowbor, 2017, p. 41).

Essa concentração de poder gera uma Crise de Governança Corporativa, em especial, a partir da crise econômica mundial de 2008. Dowbor (2017) sistematiza resultados de diversas pesquisas internacionais que demonstram não só a dimensão planetária das grandes corporações, mas especialmente sua incapacidade em gerir as empresas transnacionais de forma transparente, sendo o lucro o único objetivo em comum. Sendo assim, além de se tornarem mais importantes do que os Estados, perdem sua finalidade social e diluem de tal forma a responsabilidade de que não é possível identificar e punir os responsáveis. Ele conclui que o Estado limitado e fragmentado em seus territórios não tem capacidade de regular esses gigantes, especialmente o sistema financeiro. Tem-se que os gigantes financeiros mundiais dotaram-se de instrumentos de controle político (Dowbor, 2017).

A este poder, soma-se o buraco negro dos paraísos fiscais. Dowbor (2017) explica como as grandes corporações conseguem sugar a riqueza das nações apoiadas por essas ilhas desregulamentadas que ganham por “esconder” o real lucro das grandes corporações livrando-as de tributações. Essa dinâmica impacta na política fiscal do mundo inteiro, é a extra-territorialização dos recursos. Isto dificulta ou impede que o Estado invista na sua principal finalidade que é o Bem Estar Social.

A tese de Dowbor (2017) sobre a Captura do Poder Político baseia-se em diversos argumentos: a expansão dos lobbies tradicionais, o financiamento de campanhas políticas, a captura da área jurídica e da geração de um sistema jurídico paralelo, o controle da informação, o controle do ensino e das publicações acadêmicas, a erosão da privacidade e a apropriação dos governos pelo endividamento público, a dimensão política dos paraísos fiscais, as exigências de rentabilidade financeira, a pirâmide do poder corporativo e por fim, a captura do processo decisório da ONU (Organizações das Nações Unidas). Estes argumentos questionam o direcionamento do Estado no atendimento das demandas sociais, já que colocam um processo onde cada vez mais os governos prestam contas ao mercado, negando a cidadania. Portanto, para Dowbor (2017), torna-se a democracia uma caricatura. Neste sentido, está presente na obra de Dowbor a preocupação com os aspectos democráticos.

Esta obra expressa a chamada pedagogia do econômico, onde, com linguagem bastante didática⁵ e apoiado em importantes estudos internacionais, o autor denuncia o mecanismo das grandes corporações que se tornam máquinas moedoras (Dowbor, 2017).

Karl Polanyi e a Antropologia Econômica: A Economia Substantiva

O austríaco Karl Polanyi é, dentre outros aspectos, conhecido nas análises sociais por sua antropologia e democracia econômica, recebendo influências da economia política. Como um autor cada vez mais estudado, ele analisa a formação da economia capitalista de mercado estudando os processos pelos quais o mercado desenraizou-se das instituições sociais, tornando-se autônomo ou autorregulável (Polanyi, 2000).

Esta leitura ocorre em *A Grande Transformação*, onde Polanyi descreve a transformação ocorrida na sociedade entre os séculos XIX e XX e que teria gerado formas de organização social em torno da economia e sociedade de mercado (Polanyi, 2000). Esta nova economia separaria ou desincrustaria (*embedness*) o sistema econômico da própria sociedade, e ao motivar-se em torno do lucro, a subjugaria (Polanyi, 2000). Ações criadas por instituições específicas, àquelas instituições do mercado que acabam por modelar a sociedade para que ela funcione conforme suas leis (Polanyi, 2000). Esta economia não teria precedentes históricos, já que sociedades anteriores se baseavam em relações de troca sociais, sendo a economia subjugada à sociedade, ao contrário do que afirmam teóricos como Adam Smith e que se baseiam na ideia de *Homo Economicus*. Para Polanyi, isto se trata de uma falácia, a falácia economicista por envolver uma concepção unicamente formalista e racional da economia e da natureza humana (Polanyi, 2000, 2012).

Em síntese, a transformação teria dado origem às chamadas mercadorias fictícias, sendo elas, o trabalho, a terra e o dinheiro. Estas não poderiam ter sido subordinadas, já que isto leva à subordinação da própria sociedade (Polanyi, 2000). Por serem aspectos substanciais, estes itens foram, pela própria intervenção estatal transformados em mercadoria e

⁵ Além do livro *O capital improdutivo*, Dowbor disponibiliza vídeos curtos com linguagem simples que contribuem para a compreensão da crise civilizatória. Ver mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=886_nPfsIAc>.

este é um destaque importante trazido por Polanyi, retomado nesta análise mais adiante. A subordinação destes itens ao mercado gerou as consequências negativas direcionadas à ordem capitalista e ao liberalismo econômico como a degradação do homem, das relações e de seu meio natural (Polanyi, 2000). Como alternativa, Polanyi (2000) elenca os princípios da chamada economia substantiva, princípios advindos dos modelos de sociedade tidos como primitivos e/ou arcaicos (anteriores ao século XIX) sendo eles, a reciprocidade, a redistribuição e domesticidade.

Para compreender a reflexão de Polanyi sobre o caráter substantivo da economia, em “A subsistência do homem: ensaios correlatos” (Polanyi, 2012) o autor aborda os dois sentidos do econômico, a economia formalista (conforme colocam os neoclássicos) e a economia substantiva (recorrendo a Aristóteles) (Polanyi, 2012).

O significado de economia formal envolve o caráter lógico da relação entre meios e fins como um atributo da racionalidade, do utilitarismo, onde a ideia de escassez envolve-se na maximização da utilização dos recursos disponíveis com o mínimo de custos. Já o significado de economia substantiva expõe o humano como elementarmente dependente do meio físico, da natureza e da sociedade. Este último, portanto, deveria ser o foco da economia ao concentrar-se na subsistência humana. Ocorre que o significado formal se tornou o conceito universal (a falácia economicista), ou seja, a tendência a identificar a economia humana apenas à sua forma de mercado (Polanyi, 2012). Assim, o significado formal apenas faria sentido na economia capitalista, mas não nos demais modelos de sociedade baseados em outros tipos de troca (Polanyi, 2012), conforme apontado anteriormente.

Com isto, Polanyi contribui, em síntese, pela crítica à subordinação da sociedade à sua lógica de mercado, o que enfraquece alternativas econômicas em torno de objetivos sociais e, portanto, dos mecanismos políticos de gestão. Sua crítica, ao trazer à tona a economia substantiva, fornece insumos para refletir uma Administração Política aliando pensamento e atuação prática na integração de capacidade de gestão e gerência com as dimensões política e instrumental/técnica com base, por exemplo, em mecanismos substantivos. Alguns destes pontos serão abordados a seguir.

Um diálogo entre a Economia Substantiva e a Administração Política

Tendo passado pelas discussões filosóficas (Santos, 2001) compreendemos que, na dimensão ontoepistemológica, a Administração Política lida com o contexto situado, com ações intencionais e espaço-temporalmente construídas, algo que é, portanto, dirigido, conduzido, administrado (gestado e gerido) (Santos, 2009). É nesta perspectiva que buscamos apreender sua prática, que aqui se distancia da Economia Política (que estuda as necessidades individuais somadas às necessidades coletivas para chegar ao desenvolvimento da sociedade); diferencia-se também da administração profissional (que por sua vez representa a base técnica que executa o Projeto Nacional) (Santos, 2001). Assim, a Administração Política torna-se a responsável por conformar a política pública, o planejamento com a finalidade de alcançar o bem-estar da humanidade.

As exposições dos autores Dowbor e Polanyi complementam em diferentes pontos a reflexão sobre a Administração Política. Retomamos as premissas anteriormente expostas para, a partir delas, contribuir com novas reflexões. Destacamos em específico as premissas 1, 2, 3, 5, 6 e 10.

O Estado não é externo ao processo econômico (premissa 1): Destacamos a autonomia, a força, o poder ou a responsabilidade do Estado. A Administração Política elenca a década de 1930 em contexto de crise como aquela onde o Estado surge como líder no comando de capitais, em políticas anticíclicas e promotor dos rumos da expansão e distribuição, não negando a característica já existente de âncora para a sustentação política e para a harmonia social do sistema (Santos, 2010, p.37). Polanyi parece concordar quando elenca as décadas de 1920 e 1930 como grandes momentos responsáveis pela transformação analisada (Polanyi, 2000) e coloca o Estado como promotor do mecanismo de mercado. Através do resgate histórico do processo de desenraizamento da economia (separação da economia da sociedade e criação de um ente econômico autônomo e mais forte que a sociedade em si), Polanyi apresenta o Estado como um dos atores deste, seja através do equilíbrio de poder (por exemplo, a Santa Aliança) ou da sustentação do padrão ouro (Polanyi, 2000).

Em análise contextual recente Dowbor (2017) explica que as atividades do Estado são um dos quatro principais motores da economia e coloca que um terço da economia do Brasil corresponde a atividades estatais, sem contar a influência da taxa SELIC para alimentar o poderio do sistema financeiro. Por outro lado, ele questiona o direcionamento do Estado no atendimento das demandas sociais, por colocar os governos cada vez mais submissos ao mercado, negando, portanto, a cidadania e tornando a democracia uma caricatura.

A contribuição aqui se dá pela constatação de que, seja nas origens do sistema capitalista ou na sua atual modalidade de financeirização da economia, não há externalidade do Estado na economia, mas participações que atendem diferencialmente às demandas da sociedade (incluindo o mercado).

A desconstrução do surrado jargão da Economia que coloca que o grande paradoxo econômico é o encontro de um equilíbrio entre os recursos “escassos” e as “necessidades ilimitadas” (premissa 2): Corresponde a definição formalista da economia, conforme nega Polanyi e para isto, ele abre a ideia da falácia da escolha relativa e da escassez. Faz isso ao pontuar que a economia não deveria se preocupar com a satisfação das necessidades materiais, mas sim com a escolha entre os usos alternativos de meios escassos. Neste caso, os meios, não as necessidades do homem, seriam materiais e se a satisfação das necessidades depende de objetos materiais, a referência está na economia como um processo de satisfazer necessidades materiais. A insuficiência de meios, a (escassez) levaria a escolha, mas não criaria situação de escassez e isto inclui o significado substantivo. O formal significaria escolha entre meios alternativos de meios insuficientes, já o substantivo não implicaria nem escolha nem insuficiência. A subsistência do homem poderia ou não envolver a necessidade de escolha. Em geral o costume e a tradição eliminariam a escolha e, quando esta não existe, não precisaria ser induzida pelos efeitos limitantes de nenhuma escassez de recursos (Polanyi, 2012).

Assim, a insuficiência de meios não criaria por si só uma situação de escassez (uma escolha, a menos que haja meios alternativos a escolher), fins e hierarquias. Para ele, “se o termo escasso se aplica ou não aos meios, essa é uma questão empírica que estabelece o limite de aplicabilidade da definição formal, postulado da escassez do econômico em qualquer campo,

inclusive na economia” (Polanyi, 2012, p.74). Desta forma, o autor coloca a crença universal de que nada existe em quantidade suficiente para todos e traz a ideia de Aristóteles sobre o significado substantivo (Polanyi, 2012).

Para o autor, portanto, a economia é entendida como o processo instituído de interações que servem para satisfazer necessidades materiais como parte vital de toda a comunidade humana. Esta economia que é substantiva se constitui em dois níveis que completam a economia: a interação entre o homem e o meio e a institucionalização desse processo. Neste sentido, enquanto o trabalho seria o agente mais geral entre os bens de ordem superior de produção, a propriedade, sem a qual não se poderia afirmar a existência da economia, institucionalizaria este processo (unidade e estabilidade, estrutura e função, história e política). Com isto, sua tese reside na ideia de que a economia humana é um processo institucionalizado de interação cuja função é suprir a sociedade de recursos materiais (Polanyi, 2012). Polanyi, portanto, vem a fortalecer a desconstrução proposta pela premissa.

A desconstrução da exagerada e “deslumbrada” afeição pelo conhecimento forâneo (premissa 3): Dowbor, ao falar sobre os mecanismos de controle da informação aborda os consensos globais feitos pelas chamados *think thanks*, corporações conservadoras globais, gigantes midiáticos, além da publicidade remunerada, instituições e ações que, em conjunto contribuem para um quadro de desinformação e consumismo internacional. Está incluso neste quadro o controle do ensino e das publicações acadêmicas por meio de grupos nacionais com visão corporativa, causando também a oligopolização do controle das produções científicas. Estas conclusões expõem um quadro que supera análises possivelmente reducionistas sobre a possível postura acrítica, mimetista entre países tidos em desenvolvimento e os chamados desenvolvidos e contribui para reflexões mais aprofundadas sobre os mecanismos que constituem tipos de submissão intelectual internacional.

Polanyi, por sua vez, ao resgatar a necessidade de uma economia substantiva e os princípios institucionais aristotélicos reforça o caráter situado necessário às relações de troca. Ao expor as relações de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, o caráter local entra em evidência na contribuição da valorização de aspectos originais de uma cultura, o que

incluem os aspectos de produção e produtividade científica e os aspectos de Administração Política.

A tese de Polanyi diz respeito à territorialização da economia e fundamenta-se na importância das relações sociais locais contrapondo-se, portanto, à ideia de enaltecer o conhecimento forâneo e corroborando então com esta premissa da Administração Política. Os princípios contidos nas categorias de reciprocidade, redistribuição e domesticidade podem contribuir tanto de forma epistêmica quanto técnica e prática para o campo.

A desconstrução da metodologia nociva: Instabilidade, estabilidade, desenvolvimento, distribuição, bem-estar: “Para qualquer nível de renda (PQNR) propõe-se uma distribuição” (premissa 5): A par dos mecanismos de controle internacional e que inserem os Estados em uma amálgama de funções internacionais, como a própria constituição da “função” de paraísos fiscais dentre as nações, Dowbor oferta a consciência de que a Administração Política precisa avançar da já complexa rede de articulações internas para a complexa rede de relações externas. Já Polanyi faz uma análise diferencial que inclui a origem do mecanismo de crise que circunda toda a discussão sobre o modo de produção capitalista. O autor aborda a função política do sistema monetário internacional por meio da transformação ocorrida entre a virada do século XIX e XX e que expõem de forma mais específica, as décadas de 1920 e 1930. A crise e colapso do fim do padrão ouro, a formação do mercado autorregulado e a formação de novas instituições fomentadoras e beneficiárias das mudanças econômicas colocam em evidência aspectos da formação da crise. Por sua lente, ela é criada por instituições que envolvem o Estado dentro da própria lógica em que se configura os mecanismos de controle de uma economia formalista. Além disso, retorna-se a necessidade de formatação substantiva da economia como forma de contribuir para alterações locais que venham a desconstruir a metodologia tradicional e nociva do sistema.

O ciclo econômico não deve ser um fenômeno natural, ele ocorre porque é bem ou mal administrado (premissa 6): A Administração Política aponta ainda o problema da falta de conhecimento sobre a extensão de crises (como aquelas ocorridas nas primeiras décadas do ano 2000) (Santos et al., 2016). Conforme Polanyi, historicamente ações deliberadas dos grandes grupos de poder para movimentar os ciclos econômicos ocorreram

do início do capitalismo até a Segunda Guerra Mundial. Dowbor, por sua vez, evidencia os mecanismos de controle de poder internacional e que chegam, em sua visão, a diminuir o poder do Estado. Tem-se dois pontos que sugerem reflexões, o aspecto eficiência, e, a nosso ver, ainda antes deste, o aspecto intencionalidade do controle do ciclo econômico, o que vem a atuar com reais finalidades da Administração dentre o favorecimento de mecanismos de mercado ou dos interesses sociais.

A maior *desierarquização* possível às relações tensas, conflituosas e de baixa produtividade (premissa 11): Polanyi contribui ao trazer os mecanismos sociais de sociedade anteriores como os princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Estes princípios exigem institucionalidade e envolvem padrões de simetria e centralidade e fornecem condutas que envolvem processos de redistribuição de bens e serviços. Contribuem para estabelecer relações de trabalho sem a interferência de motivações pessoais, assegurando meios materiais. Além disso, estes princípios contribuem por si só, a autogerir os conflitos que envolvem disputas e sugerem o comportamento agressivo da falácia do *homo economicus*. Trata-se de propor outros mecanismos de organização social tendo em vista aspectos destes princípios e que envolvem o aspecto gerência e gestão na Administração Política.

Diante destas colocações iniciais vale ressaltar as principais diferenças neste recorte de análises em torno de Dowbor, Polanyi (em seus devidos contextos de produção analítica) e as premissas da Administração Política no que concerne ao papel do Estado. A Administração Política coloca que a origem do capitalismo se imbrica à origem do Estado (Santos et al., 2016). Enquanto Dowbor traz argumentos que enfraquecem o poder do Estado diante de um articulado sistema internacional de controle do *status quo* liberal, ainda que o inserindo, Polanyi, por seu turno, dá ao Estado papel tão importante quanto o dos mecanismos institucionais de mercado, se não, na história da evolução do sistema capitalista, o papel mais importante na formatação de um modelo autorregulado. Os dois autores apontam concordar com participação do Estado como agente liberal, conforme reflete a Administração Política. Neste sentido, as críticas dos autores prestam leituras sociais e econômicas capazes de fortalecer

a consciência epistemológica e metodológica da Administração Política, sendo capazes de estimular novas reflexões para o campo.

Considerações finais

Este ensaio objetivou relacionar as contribuições de uma pedagogia econômica e de uma antropologia econômica pelos trabalhos de Ladislau Dowbor e Karl Polanyi. Para isto, retomamos o percurso de desenvolvimento do campo da Administração Política, pontuando as premissas elencadas para o campo, destacamos a obra *A Era do Capital Improdutivo*, de Dowbor e as obras *A Grande Transformação* e *a Subsistência do Homem* de Polanyi, além de buscarmos relacionar as contribuições dos autores à premissas cujas relações poderiam ser traçadas pelos recortes escolhidos. Isto retirou do horizonte de reflexões as premissas 4, 7, 8 e 9, que, portanto, não foram aqui elencadas como alvos de aprofundamento a partir dos autores trazidos. São elas: 4. o pensar e o agir são práticas que devem caminhar simultaneamente; 7. o novo deve ser construído apenas após o velho estar em pleno usufruto da sociedade, 8 não é verdade que exista um *trade-off*, uma escolha entre a universalização e a qualidade, 9 a temporalidade não pode ser tomada pelo mandato (político) e a avaliação (das políticas, planos e ações) não pode ser feita pela meta, mas pelas finalidades.

As contribuições deste ensaio são ainda iniciais, carecendo de maior amadurecimento principalmente nas articulações entre os dois autores tendo em vista ainda seus diferenciais contextos de construção de suas teses e suas diferenças e semelhanças analíticas. Além disso, esta articulação carece de amadurecimento em torno do próprio campo da Administração Política. Não tratamos neste ensaio de traçar uma comparação ou contribuições definitivas, mas de lançar luzes iniciais a partir de paralelos importantes percebidos nos estudos realizados. Além disso, há pontos que carecem desenvolvimento, como aqueles relacionados à capacidade de contribuição técnica e prática advinda de uma visão da economia substantiva, por exemplo, em suma, aspectos mais metodológicos. Com isto, observamos que este ensaio contribui por buscar inicialmente novas associações teóricas e lançar novos desafios na reflexão do campo da Administração Política, de forma a enriquecer o quadro de discussões do campo.

Referências

- DAVEL, E. & ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira dos anos 1990. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 43, n.º 4, pp. 72-85, 2003.
- DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?* São Paulo: Autonomia Literária. 2017, pp. 139-52. Disponível em: <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/a_era_do_capital_improdutivo_2_impress%C3%A3oV2.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.
- DOWBOR, L. Disponível em: <<https://dowbor.org/ladislau-dowbor/>>. Acessado em: 17 set. 2019.
- FRANÇA FILHO, G. C. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: SANTOS, R. S. (org.). *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo: Mandacaru, 2004, pp. 19-143.
- POLANYI, K. & WRABEL, F. (trad.). *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- POLANYI, K. *A Subsistência do HOMEM: ENSAIOS CORRELATOS*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, pp. 107-13.
- RIBEIRO, E. M. Revisitando o Conceito de Administração Política. *Revista Brasileira de Administração Política*, Salvador, vol. 1, n.º 1, pp. 1-12, 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15479/10619>>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- SANTOS, R. S. *Keynes e a Proposta da Administração Política para o Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- SANTOS, R. S. A Economia Política Contemporânea e o Pouco que Sabemos. In: *Keynes e a Proposta da Administração Política para o Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- SANTOS, R. S. *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo: Hucitec/Mandacaru, 2004.
- SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. & CHAGAS, T. Bases teórico-metodológicas da administração política. *Revista de Administração Pública*, vol. 43, n.º 4, pp. 919-41, 2009.
- SANTOS, R. S. & RIBEIRO, E. M. A administração política brasileira. *Revista de Administração Pública*, vol. 27, n.º 4, pp. 102-35, 1993.

- SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 35, n.º 5, pp. 50-77, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6404>>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- SANTOS, R. S. et al. Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. *Cad. EBAPE.BR [on-line]*, vol. 15, n.º 4, pp. 939-59, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15479/10619>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- SANTOS, R. S. et al. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. *Cadernos EBAPE.BR*, vol. 14, n.º 4, pp. 1.011-34, 2016.
- SANTOS, R. S. & GOMES, F. G. *Outro modo de interpretar o Brasil: ensaios de administração política (caminhos para a construção de um projeto nacional)*. São Paulo: Hucitec/Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2.^a ed., 2018.